

O PODER SEM FACE: DE VOLTA À VELHA ANTINOMIA “ESTRUTURA” E “PRÁTICA”?

Renato Monseff Perissinotto
Universidade Federal do Paraná

Qualquer pesquisador ou professor que se veja obrigado a enfrentar a tarefa de discutir o conceito de “poder” na teoria política percebe muito rapidamente que o terreno é pantanoso. De saída, ele ver-se-á obrigado a conhecer uma multiplicidade de definições clássicas e, em seguida, tomar conhecimento das inúmeras “atualizações” conceituais e metodológicas que a literatura contemporânea sugere. Será obrigado ainda a percorrer uma infinidade de campos disciplinares distintos, passando pela Filosofia, pela Sociologia, pela Ciência Política, pela História e, se quiser um pouco mais de diversão, até mesmo pela literatura, lendo o último epílogo de *Guerra e paz* ou a lenda do Grande Inquisidor em *Os irmãos Karamazov*. Ficará com a nítida sensação de que os diversos autores não falam sobre a mesma coisa; de que o que uns chamam de “poder”, outros chamam de “dominação”, “potência”, “influência” ou “coerção”; perceberá ainda que algumas definições são extremamente rigorosas do ponto de vista metodológico, a ponto de viabilizarem a mensuração desse fenômeno, mas, ao mesmo tempo, são extremamente superficiais e tímidas no seu alcance; outras, ao contrário, sugerem uma definição mais abrangente, mas nunca sabemos exatamente como operacionalizá-las. Essa multiplicidade de definições parece estar vinculada, como já sugeriram alguns autores, ao caráter essencialmente normativo do conceito: tantas “versões” do poder correspondem, na verdade, à multiplicidade de projetos políticos que os diferentes autores defendem¹.

O livro de Clarissa Rile Hayward pretende ser mais um capítulo nesse enredo sem fim. O trabalho da autora tem como objeto empírico de análise duas comunidades escolares, uma composta por alunos oriundos de camadas populares, em especial afro-americanos, outra situada num subúrbio de classe alta. O objetivo é estudar as relações de poder nessas duas comunidades. Para tanto, a autora divide o seu livro em seis capítulos. O primeiro, na verdade uma introdução, apresenta os objetivos gerais do livro e antecipa algumas discussões teóricas que aprofundará no capítulo seguinte. O terceiro capítulo dedica-se a discutir a literatura crítica sobre a relação entre pedagogia e poder. Nos capítulos quarto e quinto encontramos as análises empíricas, essencialmente etnográficas, acerca das relações de poder nas duas escolas e, por fim, o sexto capítulo apresenta uma conclusão de caráter teórico em que a autora reforça as suas críticas à forma tradicional de se discutir o problema do poder. O livro contém ainda apêndices metodológicos com interessantes comentários sobre a observação participante, método amplamente empregado por Hayward para abordar o seu objeto de estudo.

Apesar de empiricamente orientado, o livro em questão tem objetivos claramente teóricos, o que nos obriga a enfatizar as considerações da autora sobre o problema do poder na teoria política contemporânea, passando um pouco ao largo das exaustivas análises empíricas presentes nos quarto e quinto capítulos.

O ponto de partida de Hayward é a discussão com a teoria do poder iniciada por Robert Dahl na década de 1950. A sua tese mais geral é a seguinte: tanto as teorizações de Dahl como as críticas que visaram a ampliar a

¹ É preciso observar, entretanto, que Anthony Giddens tem razão ao afirmar que a confusão reinante nas discussões sobre o poder é, em grande parte, aparente, pois há um o claro predomínio da perspectiva weberiana em vários cânones da literatura contemporânea (GIDDENS, 1974, p. 17). De fato, grande parte dos autores recentes produziram, na verdade, inestimáveis avanços metodológicos numa definição teórica que é, na sua essência, aquela anunciada por Weber no famoso parágrafo 16 de *Economia e sociedade* (WEBER, 1997, p. 43).

concepção de poder presente naquele autor cometem o mesmo erro, qual seja, pensar o poder como algo *possuído* por um *agente poderoso* e utilizado por este a fim de impor sua vontade a um outro *agente desprovido de poder* (“powerless”). Assim, o poder seria um instrumento possuído por alguém e, dessa forma, teria uma *face*, um *sujeito* que o *exerce* em detrimento da liberdade do outro. O corolário dessa definição seria o entendimento da liberdade humana como “liberdade negativa”, isto é, a capacidade de agir livremente sem constrangimentos à ação, entendimento que, para ela, é politicamente insustentável. Para a autora, o poder deve ser entendido não como algo que um agente supostamente poderoso controla e usa intencionalmente, mas como um conjunto de *mecanismos* sócio-políticos que funcionam no sentido de limitar o campo de ação de *todos* os agentes sociais, mesmo daqueles normalmente vistos como poderosos pela literatura tradicional. Assim, o poder é constituído por mecanismos que, por meio de normas, regras, hábitos e outros constrangimentos, definem identidades e comportamentos que tendem a ser “naturalizados” pelos atores submetidos a eles. Nesse sentido, portanto, o poder não tem face nem sujeito. Segundo a autora, “aqueles que pretendem tirar a face do poder [...] devem focar sua atenção nos mecanismos políticos que compreendem práticas relevantes. Por prática – diz a autora – entendo um complexo de limites sociais à ação que, juntos, definem um fim ou um conjunto de fins, padrões (tais como padrões de habilidade, caráter, realizações) e uma comunidade, grupo ou outra coletividade de indivíduos que perseguem esses fins e que aceitam, aderem a ou são medidos por esses padrões. Por instituições [continua] entendo um sistema de leis, procedimentos, normas, rotinas e outros limites que determinam e distribuem direitos, deveres, sanções e recompensas, incluindo recompensas materiais, reconhecimento público e *status*”² (HAYWARD, 2000, p. 38).

Nessa perspectiva, diz ela, o conceito de liberdade remete-nos à capacidade de um ator agir sobre esses mecanismos sociais e, assim, ampliar os limites impostos à sua ação (mas jamais os anular completamente, já que não há sociedade sem poder). A liberdade consiste na capacidade de ampliar “a habilidade de algum ou de todos os participantes para agir de modo a afetar os limites constitutivos [de sua ação]” (*idem*, p. 35).

As suas influências teóricas são declaradamente três: o neo-institucionalismo, por sua ênfase nos determinantes institucionais que modelam as preferências e desejos dos agentes; a teoria foucaultiana, que critica a tradição que vê o poder como um instrumento possuído por alguém e não como um conjunto de relações sociais cristalizadas, e, por fim, as proposições da filosofia política habermasiana. Esta última opção teórica justifica-se, segundo Hayward, porque fornece os conceitos que permitiriam diferenciar boas e más relações de poder, isto é, aquelas que *limitam* e aquelas que *ampliam* a capacidade do agente atuar sobre os mecanismos que definem sua identidade (*idem*, p. 04-06).

Segundo a autora, três seriam as vantagens dessa perspectiva.

A primeira e talvez mais importante vantagem consiste na ampliação do conceito, introduzindo-se variáveis que não são teoricamente trabalhadas pela visão tradicional. Nesta última, cujo representante contemporâneo mais conhecido é Robert Dahl, o poder é visto, fundamentalmente, como um embate entre preferências opostas que resulta no predomínio de uma sobre a outra. Tais preferências em si não são tratadas teoricamente e, por isso, não se percebe que elas mesmas são o produto de um processo social anterior à atuação dos atores envolvidos na relação de poder e que tanto os supostamente poderosos como os supostamente desprovidos de poder têm suas preferências moldadas por forças que estão fora do seu controle. Portanto, concordando com todos aqueles que criticaram as primeiras elaborações de Dahl (Bachrach e Baratz, Steven Lukes, Anthony Giddens, dentre vários outros), é preciso incluir na discussão sobre o poder uma dimensão “estrutural”, isto é, uma dimensão que ultrapasse os limites de uma definição que reduz esse fenômeno a relações entre agentes conscientes de seus interesses e atuando de maneira intencional (*idem*, p. 12-22).

No entanto, mesmo essas explicações estruturais, segundo a autora, mantêm uma concepção de que o poder tem uma face e é exercido por *A* em prejuízo de *B*. Mesmo para o “realismo científico”, que entende o poder como atributo intrínseco aos atores, o poder é, em última instância, um fenômeno do campo da ação humana, na medida em que cabe ao ator decidir se utilizará ou não os recursos inerentes à sua posição social para afetar a conduta do outro (*idem*, p. 22-26). Segundo Hayward, a sua perspectiva teria essa segunda vantagem, isto é, de ultrapassar a compreensão do poder como algo “exercido” por alguém contra outrem. Antes de tudo, como vimos, o poder é um conjunto de mecanismos que constrange a ação de *todos* os atores sociais. Nessa visão, não há uma distinção entre “poderosos” e “desprovidos de poder”. Mesmo os suposta-

² As traduções de Hayward (2000) são do autor, a partir do inglês.

mente poderosos estão submetidos a determinadas forças sociais, a determinadas “ações à distância” que definem suas preferências e, por isso, não podem ser vistos como agentes livres e capazes de impor limites à ação de outros agentes. Ao definir o poderoso como aquele capaz de agir livremente e de impor restrições aos outros, a visão tradicional naturaliza as escolhas e não percebe que as opções desse agente são também socialmente condicionadas. Nesse sentido, a discussão sobre o conceito de poder deve abrir mão da oposição entre “ação livre” e “ação não-livre”, já que não há conduta humana que se desenvolva num vácuo social, como pressupõe, segundo a autora, o conceito de liberdade negativa (*idem*, p. 165). A defesa de sua posição pode ser resumida na seguinte citação: “Os comportamentalistas definem ‘escolha’ em termos de ausência de constrangimentos sobre a conduta. O agente é livre da ação do poder, eles afirmam, se sua ação for guiada apenas por forças que se originam no seu interior, tais como preferências ou paixões. As explicações pós-comportamentalistas alargaram a definição de constrangimento político de modo a incluir a manipulação de preferências, paixões e crenças, postulando que a ação livre só se dá na medida em que resulta da escolha consciente de um ‘eu’ agindo independentemente em nome do seu real interesse. Uma vez que se reconhece que a identidade é ela própria um produto de relações de poder, que os campos de ação estão necessariamente limitados, por exemplo, por meio de processos de aculturação e formação de identidade, torna-se necessário rejeitar uma visão do poder que pressupõe a possibilidade de distinguir a ação livre da ação modelada pela ação dos outros” (*idem*, p. 30).

Por fim, a perspectiva da autora teria a terceira vantagem de superar um claro limite da visão tradicional. Para esta última, a menos que identifiquemos agentes cujas vontades e desejos prevalecem ou agentes que são beneficiados por suas ações, não podemos falar de “poder”. Na visão de Hayward o poder pode ser visto como algo que independe da presença de atores conscientes e beneficiados, pode ser visto como a capacidade de um agente modelar a ação de outro sem que haja qualquer consciência ou benefício nisto. A visão tradicional, ao contrário, poderia ser resumida da seguinte forma: “um ator sem ‘atitudes ou disposições [...] em relação a determinados efeitos [produzidos pelo seu] comportamento’ não pode ser concebido como um agente poderoso, mesmo se este ator age de maneiras que modelam o campo de ação de outros”. O exemplo dado por um dos representantes da visão tradicional é o seguinte: “Não diríamos que uma mãe que não tinha intenções, esperanças ou desejos em relação ao seu filho tenha exercido poder no que diz respeito às atitudes políticas que ele adotou como resultado do modo como foi criado” (D. M. White *apud* HAYWARD, 2000, p. 34).

A intenção de Hayward em ir além de uma concepção de poder que reduza esse fenômeno a uma relação entre agentes conscientes que perseguem intencionalmente seus objetivos é, a meu ver, correta. Todos os autores posteriores a Dahl enfatizaram que a visão dahlsiana de poder cometia, em termos gerais, três equívocos fundamentais: primeiro, tomava como dadas as preferências manifestas dos atores envolvidos numa dada relação e não as entendia como fruto de um processo social anterior à própria relação e que, por essa razão, deveria ser incorporado a qualquer noção de poder; segundo, ao não incluir no conceito de poder o processo social de construção do consenso, não percebia que nem todas as relações de poder caracterizam-se por situações de conflito aberto; por fim, que, em função dos dois equívocos anteriores, a decisão não poderia ser a evidência incontestável da existência do poder de *A* sobre *B*, já que o decisor pode orientar-se pelos limites colocados pelo consenso social e/ou pelos desejos daqueles que se encontram fora do processo decisório *stricto sensu*. Portanto, nenhum conceito de poder seria completo se não levasse em consideração o “contexto social”. Entretanto, a perspectiva da autora sobre o poder merece alguns comentários críticos.

Primeiramente, há certa injustiça com os comportamentalistas. É verdade que os autores vinculados a essa corrente enfatizam o poder como um fenômeno que se dá estritamente no campo da *agency* humana. No entanto, eles fazem isso não por desconhecer as dimensões “objetivas” que cercam as interações sociais, mas sim por identificarem dificuldades metodológicas, segundo eles insuperáveis no estudo dessas condições como parte do conceito de poder. Nelson Polsby, por exemplo, reconhece que várias forças exteriores aos atores operam no processo decisório de modo a facilitar a discussão de alguns temas em detrimento de outros (POLSBY, 1963, p. 133-134). No entanto, Hayward tem razão em criticar essa perspectiva já que esses constrangimentos, apesar de serem levados em consideração, são tomados como “dados” e não são problematizados, isto é, não são inseridos no próprio conceito de poder³.

Em segundo lugar, é preciso levar em conta que nem todos os autores filiados à perspectiva “estrutural” deixam de reconhecer que o poder pode ser exercido de modo inconsciente. Steven Lukes, por exemplo,

³ É exatamente esse o sentido de sua crítica às considerações sobre a liberdade de Isaiah Berlin (HAYWARD, 2000, p. 164).

reconhece explicitamente que a produção regular e inconsciente de efeitos que beneficiem um grupo em detrimento de outro deve ser incorporada à definição de poder (LUKES, 1976, p. 24, 39). Os primeiros textos de Bachrach e Baratz (1969, p. 99), antes da capitulação perante o paradigma comportamentalista em *Power and Poverty*, também defendiam que não apenas indivíduos conscientes exercem o poder, mas também organizações, valores sociais e mitos podem produzir os efeitos que normalmente atribuímos às relações de poder. Claus Offe, nos seus textos sobre a seletividade estrutural das instituições políticas, também insiste nesse ponto (OFFE, 1982).

É preciso observar ainda que a definição de poder da autora pode levar àquilo que poderíamos chamar de uma “eterna regressão metodológica”. Segundo a definição da autora, numa relação entre *A* e *B*, o primeiro não pode ser definido como “poderoso” porque também suas preferências estão submetidas a um processo social de “modelagem” que escapa ao seu controle (como, por exemplo, a relação entre mãe e filho). Mas tampouco aqueles que modelaram as preferências de *A* podem ser definidos como poderosos, pois também as preferências deles foram formadas por forças que eles não controlam e assim sucessivamente. Sendo assim, a única saída possível seria um “mapeamento” de todo o campo social quando, na verdade, pretendemos analisar apenas aquela relação inicial. Não estou dizendo que não se deva levar essa questão em consideração, mas em determinadas circunstâncias ela pode ser demasiado exigente e pouco operacional. Além disso, se aceitarmos a definição proposta por Hayward, segundo a qual poder são mecanismos que afetam o campo de ação do outro, corremos o risco de dizer que tudo na sociedade é poder. Na verdade, creio, como insistem os representantes da “visão tradicional”, que o poder é uma forma específica de afetar a conduta.

Penso ser problemático também a retomada da velha dicotomia entre *agency* e estrutura, cuja superação tem sido o objetivo de cientistas sociais como Giddens e Bourdieu. Desse ponto de vista, a distinção entre “dominação” e “poder”, oferecida pelo primeiro (GIDDENS, 1994, p. 81-82), parece-nos fundamental. A “dominação” descreve a dimensão estrutural das relações políticas, em que os diversos recursos (econômicos, políticos, simbólicos) são desigualmente distribuídos entre os agentes; o poder, por sua vez, refere-se ao uso desses recursos pelos agentes em interações concretas. Tais recursos não existem *a priori*, mas são mobilizados (de diversas maneiras e com graus variados de eficácia) nas interações concretas. É essa conjugação que permitirá a Giddens, segundo Chazel (1995, p. 235), pensar a possibilidade da mudança social como fruto das interações. Hayward, como se costuma dizer, parece torcer o bastão para o lado oposto. Visando a recusar uma concepção de poder que não leva em conta os “mecanismos sociais”, ela corre o risco de expulsar da sua perspectiva a ação humana e a possibilidade de mudança social. Onde não há o exercício de estratégias deliberadas, ou por outra, onde só há mecanismos sociais constringendo e viabilizando as ações, como é possível pensar na transformação social? De onde virá o impulso originário para uma ação subversiva? Ora, só podemos contemplar a dimensão da mudança se aceitarmos que os “mecanismos sociais” são – como lembra Suzanne Keller (1971, p. 92) a propósito de uma crítica a Parsons – “guias para a ação” e não a ação propriamente dita. Essa diferenciação parece-me importante, pois assim podemos aceitar que a ação humana, ainda que orientada por normas, pode se desenvolver de acordo com estratégias que gozam de um certo grau de liberdade quanto à interpretação dessas mesmas normas e que permitem “alianças” que podem, por sua vez, alterar as relações de força entre os agentes e promover a mudança social.

Creio também ser problemática a definição do poder como “mecanismos” que submetem a *todos*. Ao defini-lo dessa maneira, a autora parece retirar desse conceito características fundamentais como, por exemplo, a idéia de que onde há poder há conflito (não necessariamente aberto), superação de resistências e produção de efeitos que beneficiam uns em detrimento de outros. É verdade que, segundo a própria autora, a sua definição de poder “não implica que todos os atores sociais estão [socialmente] situados de maneira similar” (HAYWARD, 2000, p. 31). Na verdade, continua ela, é de seu interesse estudar as “assimetrias padronizadas na capacidade social para a ação” (*ibidem*), mas ao mesmo tempo descartar a distinção entre os “poderosos” e os “sem-poder”. Os “mecanismos de poder” (isto é, as práticas cristalizadas e as instituições responsáveis pela sua reprodução) não geram a antiga oposição entre poderosos que exercem o poder e subjugados desprovidos de poder, mas sim “posições assimétricas” em que os atores têm graus diferentes de liberdade, isto é, capacidades distintas para agir sobre as regras e normas que afetam a sua vida social. Nos casos analisados, tanto os agentes sociais das escolas da periferia como aqueles situados em escolas de subúrbios milionários estão submetidos a esses mecanismos e, ainda neste caso específico, ambos têm uma capacidade muito limitada para agir sobre as normas que os constringem. É plenamente aceitável a idéia de que o “poderoso” não tem uma liberdade infinita para agir, pois as suas próprias preferências são socialmente modeladas e constituídas pelos “mecanismos de poder”. No entanto, é imperativo perguntar que tipo de relações sociais e hierarquias esses

mecanismos, que limitam as ações de todos, reproduzem e a quem beneficiam sistematicamente nesse processo de reprodução. É verdade que os “privilegiados” (para utilizar uma palavra da própria autora) têm também suas ações, preferências e identidades moldadas pelo poder, mas qual o efeito disso sobre a sua posição social? Se esse efeito for reproduzir as hierarquias sociais e, portanto, os privilégios, não faz sentido dizer apenas que os mecanismos de poder submetem *a todos*, como Hayward insiste durante todo o seu livro. Enfim, o que quero dizer é que esses mecanismos produzem efeitos diferentes e distribuem recursos, benefícios e prejuízos desigualmente. A própria autora reconhece que essa “assimetria” (que, diga-se de passagem, não é o tema central do seu trabalho) permite aos privilegiados usar seus recursos (econômicos, políticos e, sobretudo, simbólicos) para reproduzir a sua condição de privilegiados (*idem*, p. 175). Parece-me, portanto, que a grande preocupação em mostrar que os “poderosos” também estão submetidos a constrangimentos sociais leva a autora a esvaziar essa dimensão tão importante do conceito de poder⁴.

Por fim, cabe comentar a maneira curiosa pela qual a autora apresenta a distinção entre “dominação” e “poder”, distinção que sustentará a dimensão valorativa do seu argumento. Segundo Hayward, dominação e poder descrevem posições distintas numa escala de relações de poder (*idem*, p. 39, 166). Em um extremo da escala estão as relações de dominação, isto é, aquelas que severamente constroem a ação dos indivíduos, cerceando, sobretudo pela internalização acrítica das normas e regras sociais, a sua capacidade de redefinir os limites sociais em que estão inseridos; no outro extremo encontramos relações de poder que promovem a liberdade política, isto é, que permitem a *todos* os envolvidos nas relações sociais em questão participar da elaboração das regras e normas a que serão submetidos. Entre um extremo e outro, há uma enorme variedade de relações de poder que podem ser mais ou menos constrangedoras, mais ou menos excludentes – enfim, que podem promover mais ou menos a liberdade política.

A primeira observação que faço a essa distinção é que colocar “dominação” e “poder” numa mesma escala não permite perceber que esses dois fenômenos descrevem situações sociais qualitativamente distintas. Primeiro, a característica distintiva da dominação é a *estabilidade*. É o fato de o dominado tomar as ordens do dominador *como se fossem suas*, isto é, interiorizar as regras de conduta, que confere à dominação uma permanência que não existe nas relações de poder. É exatamente essa estabilidade que permite Weber falar em “estrutura de dominação” e alguns sociólogos contemporâneos (Anthony Giddens, Stewart Clegg) utilizar esse termo para descrever os atributos estruturais de uma dada sociedade. Diferentemente, as relações de poder são muito mais *episódicas*, pois descrevem relações de conflito e imposição de vontade circunscritas pela distribuição desigual de recursos determinada pela estrutura de dominação. A ausência dessa diferença em Hayward está, aliás, em consonância com a sua concepção de poder como algo restrito a “mecanismos sociais” que constroem e viabilizam a ação, entendendo esta como função desses mecanismos.

É estranho também pensar em relações de poder que constroem e relações de poder que libertam. Parece haver um claro problema conceitual em definir algo como sendo portador de atributos absolutamente contraditórios. De um lado, há relações sociais que promovem a liberdade, isto é, que permitem aos atores sociais questionar suas identidades e participar do processo de elaboração das regras a que se submeterão; de outro lado, há relações que constroem, que impedem os atores de definirem autonomamente suas identidades e as regras de conduta a serem seguidas por eles. Pergunta-se: por que dar o mesmo nome a relações sociais tão distintas?

Esse difícil malabarismo é necessário porque a autora pretende conjugar duas proposições políticas: de um lado, a de que se deve abandonar definitivamente a utopia de uma sociedade sem poder e, de outro, a defesa de uma sociedade baseada em relações democráticas e de autogoverno. Daí a necessidade de identificar “boas relações de poder” em oposição a “relações de poder más” (cujo exemplo extremo seria a dominação). Mas aqui surge um outro problema. As boas relações de poder, como vimos, são aquelas que “promovem a liberdade [...]

⁴ Ao reconhecer que a distribuição desigual de recursos permite aos privilegiados usarem os instrumentos a que têm acesso para reproduzir sua condição social, a autora reconhece ao mesmo tempo, ainda que implicitamente, que os “mecanismos sociais” não existem apenas como constrangimentos objetivos, mas são também utilizados estrategicamente por agentes que lutam por manter suas posições nas “assimetrias sociais”, e, na medida em que são bem-sucedidos, podem ser chamados de “poderosos”. Bourdieu, sempre com o objetivo de escapar à falsa dicotomia entre estrutura e sujeito, reconhece não só a existência de “mecanismos”, mas também daqueles cujos interesses são “cúmplices” desses mesmos mecanismos (BOURDIEU, 1989, p. 199).

na medida em que dotam *todos* os participantes de uma capacidade social para participar efetivamente da determinação, avaliação, crítica e mudança das normas e outros limites a sua ação” (*idem*, p. 169). Essa definição sugere-nos algumas questões: quem são esses *todos*? Em que condições sociais encontram-se? De que modo essas condições afetam essa inclusão? Como aqueles que estão inseridos em posições sociais que definem, no dizer da própria autora, padrões assimétricos podem ser pensados como *todos*? Parece que Hayward retorna a uma visão pré-sociológica segundo a qual seria possível pensar num indivíduo deslocado de condições sociais constrangedoras e imaginá-lo num paraíso participativo. Se, ao contrário, reconhecemos que não existem *todos*, porém sim uma multiplicidade de grupos sociais inseridos em posições sociais desiguais e com interesses conflitantes, perceberemos que o problema da “participação” não se resume a uma questão de existência de normas, regras e instituições que incentivem a inclusão de *todos*, mas diz respeito também ao impacto que a “desigualdade social” (as “assimetrias”) produz sobre a capacidade de participar das diversas partes que compõem o todo⁵.

Renato Monseff Perissinotto (monseff@uol.com.br) é Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHRACH, P. & BARATZ, M. S.** 1969. Two Faces of Power. In : BELL, R., EDWARDS, David V. & WAGNER, Harrison R. *Political Power : A Reader in Theory and Research*. New York : The Free Press.
- BOURDIEU, P.** 1989. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In : _____. *O poder simbólico*. Lisboa : Difel
- CHAZEL, F.** 1995. Poder. In : BOUDON, R. (org.). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar.
- GIDDENS, A.** 1974. Elites in the British Class Structure. In : STANWORTH, P. & GIDDENS, A. (eds.). *Elites and Power in British Society*. Cambridge : Cambridge University Press.
- _____. 1994. *Central Problems in Social Theory : Action Structure and Contradiction in Social Analysis*. Los Angeles : University of California Press.
- KELLER, S.** 1971. *Mas allá de la clase dirigente*. Madrid : Tecnos.
- LUKES, S.** 1976. *Power : A Radical View*. London : Macmillan Press.
- OFFE, C.** 1982. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In : _____. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro.
- POLSBY, N.** 1963. *Community Power and Political Theory*. New Haven : Yale University Press.
- WEBER, M.** 1997. *Economía y sociedad*. Esbozo de sociología comprensiva. 2ª ed. Ciudad de México : Fondo de Cultura Económica.

⁵ Convém citar mais uma vez Bourdieu: “É sabido que, se a democracia direta não resiste à diferenciação econômica e social, é porque, por intermédio da desigual distribuição do tempo livre que daí resulta, se introduz a concentração dos cargos administrativos em proveito daqueles que dispõem do tempo necessário para cumprir as funções graciosamente ou mediante uma fraca remuneração. Este princípio simples poderia também contribuir para explicar a participação diferencial das diferentes profissões [...] na vida política ou sindical e, mais geralmente, em todas as responsabilidades semipolíticas” (BOURDIEU, 1989, p. 198).